



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

# EDITAL

Nº.16/2015

## **Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais - Consulta Pública**

-----Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vice- Presidente da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Torna público, que se encontra em consulta pública para participação dos interessados o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais, por um período de 30 dias úteis a contar da sua publicação na II Série do Diário da República, nos termos e para efeitos dos artº. 100º. e 101º. do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com o deliberado pela Câmara, na sua reunião ordinária realizada em 01/07/2015.-----

-----O citado projeto de Regulamento foi publicado no Diário da República, 2ª. Série – nº. 147, de 30 de julho de 2015, pelo Aviso nº. 8334/2015, e poderá ser consultado nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua, dentro das horas de expediente, bem como no sítio do Município de Mortágua na Internet ([www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt)).-----

-----As sugestões ou observações que os interessados entendam formular, deverão ser reduzidas a suporte escrito endereçado ao Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicados que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.-----

MORTÁGUA, 30 DE JULHO DE 2015

O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA

(Dr. Paulo Alexandre de Oliveira)

**Município de Mação****Regulamento n.º 478/2015:**

Projeto de Regulamento Municipal de Apoio às Associações do Concelho de Mação . . . . . 21062

**Município de Miranda do Corvo****Aviso n.º 8332/2015:**

Nomeação de Deolinda Paula Pimentel Dias Ribeiro como Dirigente Intermédio de 3.º Grau, do Núcleo de Urbanismo e Projetos, em regime de substituição . . . . . 21065

**Município de Montalegre****Aviso n.º 8333/2015:**

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de cinco postos de trabalho de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional . . . . . 21065

**Município de Mortágua****Aviso n.º 8334/2015:**

Consulta Pública do Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais . . . . . 21068

**Município da Murtosa****Anúncio n.º 186/2015:**

Delegação de Competências no Presidente da Câmara Municipal para Autorização de Compromissos Plurianuais . . . . . 21072

**Município da Nazaré****Regulamento n.º 479/2015:**

Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo . . . . . 21072

**Regulamento n.º 480/2015:**

Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município da Nazaré . . . . . 21075

**Regulamento n.º 481/2015:**

Regulamento da Universidade Sénior da Nazaré . . . . . 21077

**Município de Odemira****Regulamento n.º 482/2015:**

Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira . . . . . 21079

**Município de Penafiel****Aviso n.º 8335/2015:**

2.ª alteração ao PDM . . . . . 21120

**Município da Póvoa de Lanhoso****Aviso n.º 8336/2015:**

Discussão Pública Aditamento n.º 8 ao Alvará de Loteamento n.º 2/1996 Cruzeiro — Lotes A3 e A5 — Fontarcada e Oliveira — Póvoa de Lanhoso . . . . . 21142

**Município da Praia da Vitória****Aviso n.º 8337/2015:**

Nomeação de Secretária . . . . . 21143

**Município de Santo Tirso****Aviso n.º 8338/2015:**

Cessação de vínculo de emprego público por tempo indeterminado . . . . . 21143

**Aviso n.º 8339/2015:**

Consolidação definitiva de mobilidade na categoria . . . . . 21143



termos e ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, nos seguintes termos:

a) Aplicação do primeiro método de seleção obrigatório a todos os candidatos admitidos;

b) Aplicação do segundo método de seleção obrigatório e do método seguinte apenas a uma parte dos candidatos aprovados no método de seleção anterior, sendo os mesmos convocados por tranches sucessivas, por ordem decrescente de classificação, em função dos universos com a prioridade legal face à situação jurídico funcional, até satisfação das necessidades tal como o previsto no artigo 8.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

c) Dispensa de aplicação do segundo método ou dos métodos seguintes aos restantes candidatos, que se consideram excluídos.

9 — Em caso de igualdade de classificação, os critérios de preferência a adotar na ordenação final dos candidatos serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

10 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, devendo sê-lo por escrito.

11 — Os candidatos excluídos do procedimento concursal são notificados, por ofício registado, para a realização da audiência dos interessados no termos do Código do Procedimento Administrativo.

12 — Os candidatos admitidos são convocados, por ofício registado, para a realização dos métodos de seleção, prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências, com indicação do local, data e hora em que a mesma deva ter lugar.

13 — Os candidatos que não compareçam para realização dos métodos de seleção, quando a sua presença seja indispensável, consideram-se automaticamente excluídos do procedimento concursal.

14 — Serão excluídos do procedimento concursal os candidatos que tenham obtido uma classificação inferior a 9,5 valores em qualquer dos métodos de seleção.

15 — Os candidatos excluídos do procedimento concursal na sequência da aplicação de um dos métodos de seleção são notificados, por ofício registado, para a realização da audiência dos interessados no termos do Código do Procedimento Administrativo.

16 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é submetida, nos mesmos moldes previstos no número anterior do presente aviso, a audiência prévia dos interessados e, após homologação do Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, é afixada em local visível e público, nas instalações da Sede e disponibilizada na página eletrónica do município de Montalegre, em <http://www.montalegre.cm-montalegre.pt>, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicação.

17 — Todos os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, serão notificados do ato de homologação da lista de classificação final.

18 — As alegações a apresentar pelos candidatos em sede de audiência dos interessados são obrigatoriamente formalizadas mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, disponibilizado na página eletrónica do município de Montalegre, em <http://www.cm-montalegre.pt>, ou obtido junto do Gabinete de Recursos Humanos, Câmara Municipal de Montalegre, com sede nos Edifícios dos Paços do Concelho, sito à praça do Município, n.º 1, 5400-214 Montalegre, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, no referido Gabinete de Recursos Humanos, aos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, ou remetidas pelo correio para o mencionado endereço, em carta registada com aviso de receção, endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, não sendo aceites alegações enviadas por correio eletrónico.

19 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

20 — Composição do júri:

Presidente: Dr. Nuno Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças.

Vogais efetivos:

Eng. José Manuel Alvares Pereira, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Obras Municipais e Recursos Operacionais, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

Dra. Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

Vogais suplentes:

José António Alves, Encarregado Geral,  
Dr. Pedro Miguel Castro Madeiras, técnico superior.

21 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos portadores de deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

22 — Período experimental para assistente operacional: nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 49.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o período experimental terá a duração de 90 dias.

23 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, é fixada uma quota de emprego de 1 lugar, dos postos de trabalho a concurso, a preencher por pessoa portadora de deficiência.

24 — Em conformidade com a alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

25 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente procedimento concursal será publicitado na Bolsa do Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) no 1.º dia útil seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*; na página eletrónica do município de Montalegre, por extrato, disponível para consulta a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*; e em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de três dias contados da publicação deste aviso no *Diário da República*.

30 de junho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Orlando Fernandes Alves*.

308795098

## MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

### Aviso n.º 8334/2015

José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua:

Torna público que a Câmara Municipal de Mortágua, na sua reunião ordinária, realizada a 1/07/2015, deliberou submeter a consulta pública para recolha de sugestões o projeto de Regulamento de Utilização de Equipamentos Desportivos Municipais.

Pelo período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, em cumprimento do preceituado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Assim, durante esse período poderão os interessados consultar o mencionado projeto de Regulamento na Divisão de Administração Geral e Finanças, durante as horas normais de expediente, ou na página da Internet do Município ([www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt)).

Podem ainda os interessados, durante aquele período, apresentar as suas observações ou sugestões, por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua.

6 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Júlio Henriques Norte*.

### Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais

#### Preâmbulo

O Município de Mortágua, os termos do disposto nas alíneas f) e g) do artigo 23.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, dispõe de atribuições nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde.

Considerando que utilização sistemática das instalações e equipamentos desportivos municipais de utilização coletiva reflete as dinâmicas em permanente evolução, requerendo toda a atenção e interesse por parte do Município; considerando que o fomento da prática desportiva constitui um potencial contributo para a melhoria da saúde e do bem-estar das populações.

Considerando ainda que a promoção da atividade desportiva junto da camada infanto-juvenil impulsiona a melhoria do bem-estar e qualidade de vida das pessoas e tem por finalidade a generalização de práticas saudáveis em todas as camadas da população, propõe-se agilizar as



decisões e permitir a uniformização com eficácia do uso destas instalações e equipamentos.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e das alíneas *k*), *u*) e *ee*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com vista à definição das regras que orientam a sua organização, funcionamento e utilização a Câmara Municipal de Mortágua elaborou o presente projeto de Regulamento, que após ser submetido a audiência pública nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é aprovado, nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Assembleia Municipal de Mortágua na sessão de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### Artigo 1.º

##### Lei Habilitante

O presente Regulamento tem como lei habilitante o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, as alíneas *k*), *u*) e *ee*) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea *g*) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

## CAPÍTULO I

### Parte Geral

#### SECÇÃO I

##### Disposições Gerais

#### Artigo 2.º

##### Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento é aplicável ao funcionamento e utilização de todos os equipamentos desportivos municipais, designadamente:

- a) Piscina Municipal;
- b) Pavilhão Gimnodesportivo Municipal;
- c) Campos de Ténis Municipais;
- d) Campo de Jogos da Gandarada.

#### Artigo 3.º

##### Finalidades

A finalidade principal dos equipamentos desportivos municipais é a disponibilização de espaços desportivos e prestação de serviços na área do desporto, do lazer, da educação e da saúde da população em geral, dos associados dos clubes e coletividades, dos alunos das escolas e de outras entidades e instituições particulares.

#### Artigo 4.º

##### Gestão dos equipamentos

A gestão dos equipamentos desportivos municipais é da competência da Câmara Municipal de Mortágua, a qual decidirá, dependente da autorização da Assembleia Municipal, nos casos em que esta é necessária, a concessão e/ou cessão, a qualquer título, de determinados espaços.

#### Artigo 5.º

##### Ordem de preferência na utilização

1 — A utilização dos equipamentos respeitará as seguintes prioridades:

- a) Atividades desportivas e outras promovidas e/ou apoiadas pela autarquia;
- b) Atividades de educação física e desporto escolar;
- c) Clubes, Coletividades, Associações e federações enquanto em competições oficiais;
- d) Clubes, Coletividades, Associações e Federações em atividades extra competições oficiais;
- e) Outras utilizações.

2 — Na utilização da alínea *c*) do número anterior terão preferência as entidades que pretendam uma utilização para a prática desportiva regular, que movimentem um maior número de praticantes e que tenham sede no concelho.

#### Artigo 6.º

##### Protocolos de utilização

O Município de Mortágua, através da Câmara Municipal, poderá estabelecer protocolos com outras entidades que prevejam condições especiais de utilização das instalações, em parte ou no todo, mas serão sempre observados os termos definidos no presente regulamento.

## SECÇÃO II

### Horário de Funcionamento

#### Artigo 7.º

##### Horário normal

1 — Os horários de funcionamento, ou seja de abertura e fecho, para cada época desportiva são fixados anualmente pela Câmara Municipal.

#### Artigo 8.º

##### Horário especial

Nos dias em que se realizarem provas desportivas ou outras atividades será adotado um horário especial que será do conhecimento público com antecedência de 5 dias.

#### Artigo 9.º

##### Encerramento

1 — Os equipamentos desportivos municipais estarão encerrados ao público nos feriados nacionais, no feriado municipal, e ainda, em todas as datas que vierem a ser determinadas por despacho do Presidente da Câmara.

2 — Os equipamentos desportivos municipais podem, ainda, encerrar nos períodos de tempo em que a frequência de utilização não justifique o seu funcionamento.

3 — Em casos excecionais, poderá o Presidente da Câmara autorizar por despacho a sua utilização.

## CAPÍTULO II

### Parte Especial

#### Utilização dos Equipamentos Desportivos

#### SECÇÃO I

##### Dos Tipos de Utilizadores

#### Artigo 10.º

##### Utilizadores livres

1 — São utilizadores livres todos os utentes que participem em atividades que dispensem acompanhamento e orientação técnica e pedagógica.

2 — São também utilizadores livres os utentes que sejam alunos de escolas do ensino oficial e IPSS, cujo enquadramento técnico e pedagógico seja garantido pelos técnicos e ou docentes dos respetivos estabelecimentos.

#### Artigo 11.º

##### Utilizadores de programas

1 — São utilizadores de programas todos os utentes que participem em atividades em que a orientação técnica e pedagógica seja assegurada por técnicos da autarquia, ou contratados por ela para esse efeito.

2 — Os programas serão definidos anualmente, antes da data de início da época desportiva.

#### Artigo 12.º

##### Utilizadores de grupo

São utilizadores de grupo os utentes organizados para o fim da prática desportiva, ou outra, que assegurem, por si, o enquadramento técnico pedagógico.

#### Artigo 13.º

##### Público em geral

Entende-se por público em geral todos os utentes dos equipamentos desportivos municipais que não se dediquem à prática desportiva,



excetuando-se todos aqueles que utilizem as instalações no exercício da sua profissão (profissões associadas à atividade desportiva).

## SECÇÃO II

### Das Condições de Utilização

#### SUBSECÇÃO I

##### Inscrição

##### Artigo 14.º secção

##### Utilizadores de programas

1 — A utilização dos equipamentos pelos utilizadores constantes no artigo 11.º do presente regulamento está sujeita a inscrição.

2 — A inscrição é feita através do preenchimento e entrega da ficha de utilizador e de exame médico que ateste a inexistência de quaisquer contra indicações para a prática de atividade física pretendida.

##### Artigo 15.º

##### Utilizadores em grupo

1 — A utilização em grupo regular anual que compreende o período entre setembro de um ano e junho do ano seguinte, é requerida por escrito em impresso próprio, durante o mês de junho de cada ano.

2 — Os períodos de utilização referidos no número anterior serão decididos e notificados aos interessados até 31 de julho de cada ano.

3 — A utilização em grupo com carácter pontual é requerida por escrito, em impresso próprio, com a antecedência de 5 dias sobre a data pretendida e decidida caso a caso.

4 — A decisão dos requerimentos é comunicada aos requerentes com antecedência mínima de 5 dias em relação ao início do período de utilização pretendido.

5 — Os requerentes devem confirmar, por escrito, que irão proceder à utilização deferida e devem comunicar, também por escrito qual a data ainda de início da utilização, sendo devida a respetiva taxa, tarifa ou preço a partir dessa data ainda que não se verifique qualquer utilização.

6 — A não utilização do espaço até quinze dias depois da data comunicada para início de utilização opera a caducidade da autorização.

7 — As utilizações pontuais devem ser confirmadas até 2 dias antes da realização do evento, data em que deve ser feito o pagamento de 50 % do valor das taxas se devidas nos termos do Regulamento e Tabelas de Taxas, Tarifas e Preços da Câmara Municipal de Mortágua, sob pena de caducidade da autorização.

#### SUBSECÇÃO II

##### Frequência

##### Artigo 16.º

##### Utilizadores livres

1 — A frequência processa-se a qualquer dia e hora de acordo com os horários e espaços designados e livres para tal.

2 — A lotação máxima instantânea de todos os espaços destinados à utilização livre condiciona o acesso dos utentes.

3 — A utilização de material didático depende de aluguer prévio.

4 — A utilização dos campos de ténis pode ser feita através de pré-marcação pessoal, por fax, correio eletrónico ou telefone.

5 — A utilização do espaço reservado implica o débito da taxa/tarifa ou preço respetivo, caso não ocorra cancelamento da marcação até 48 horas antes de início da atividade.

6 — O utilizador livre é o único responsável por qualquer acidente que decorra da falta de conhecimentos teóricos e práticos relativamente à modalidade desportiva praticada.

##### Artigo 17.º

##### Utilizadores de programas

A frequência dos programas depende dos horários existentes para cada época desportiva.

##### Artigo 18.º

##### Utilizadores em grupo

1 — A frequência depende do vínculo individual de cada utilizador ao grupo, a definir pelo próprio grupo e das condições definidas no

presente regulamento e no despacho de deferimento do pedido de utilização em grupo.

2 — As autorizações de utilização em grupo são intransmissíveis.

#### SUBSECÇÃO III

### Deveres dos Utilizadores

##### Artigo 19.º

##### Identificação

1 — Os utilizadores deverão ser portadores de um cartão emitido pelos serviços da autarquia.

2 — Na ausência de cartão identificativo normalizado, deverá o utilizador ser portador de outro tipo de documento de identificação normalizado.

3 — O utilizador deverá aceder de imediato às solicitações de identificação que lhe sejam dirigidas pelo pessoal de segurança ou funcionários da autarquia quando em serviço.

##### Artigo 20.º

##### Disciplina e conduta

1 — Os utilizadores devem cumprir as seguintes normas de disciplina e conduta:

- a) Usar de respeito, correção e urbanidade quer nas relações com os restantes utilizadores quer com os funcionários da autarquia;
- b) Não defecar, urinar cuspir ou abandonar desperdícios;
- c) Não se fazer acompanhar de animais, exceto cães guia;
- d) Não utilizar os equipamentos, entrar e permanecer nas instalações se for portador de doença infetocontagiosa, se encontrar em estado de embriaguez ou sob efeito de estupefacientes;
- e) Não utilizar quaisquer objetos estranhos à prática desportiva;
- f) Conservar e arrumar os materiais e equipamentos que utilizem;
- g) Não danificar as instalações;
- h) Aceder às instalações apenas depois da correspondente autorização emitida pelo sistema informático;
- i) Não entrar nas instalações de prática desportiva com vestuário e/ou calçado da rua;
- j) Utilizar os balneários que lhe forem atribuídos;
- k) Usar dentro dos vestiários e balneários chinelos ou calçado de banho pessoal;
- l) Não permanecer nos balneários para além de 20 minutos após o final da atividade desportiva;
- m) Não aceder a zonas reservadas;
- n) Não operar os sistemas de som, iluminação, ar condicionado e outros.

2 — Nas instalações das piscinas são também deveres dos utilizadores:

- a) O uso de equipamento adequado devidamente limpo e que não debote na água;
- b) O uso de touca de banho;
- c) Tomar duche antes da imersão na água e o uso dos lava-pés sempre que se tenha acesso à área envolvente das piscinas;
- d) A não utilização de cremes, óleos ou quaisquer produtos suscetíveis de conspurcar a água;
- e) Não empurrar os utilizadores no cais e/ou dentro dos tanques, ou afundá-los propositadamente.

#### SUBSECÇÃO IV

### Deveres do Público

##### Artigo 21.º

O público deverá respeitar as seguintes regras:

- a) Apresentar-se em condições de higiene;
- b) Não se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeitos de estupefacientes;
- c) Usar de respeito e urbanidade para com o restante público, utilizadores e funcionários da autarquia;
- d) Respeitar os horários de entrada e saída das instalações;
- e) Não circular ou aceder a zonas reservadas à prática desportiva ou outros fins;
- f) Só assistir a treinos ou aulas nos espaços reservados à prática desportiva se obtiverem autorização prévia da entidade responsável pela ação.



## SUBSECÇÃO V

## Deveres dos Funcionários

## Artigo 22.º

São deveres dos funcionários, para além dos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Decreto-Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e dos constantes dos respetivos conteúdos funcionais, os seguintes:

- a) Abrir e fechar as instalações no horário previamente estabelecido;
- b) Controlar a entrada dos utentes e a sua circulação no interior das instalações;
- c) Zelar pelo cumprimento das disposições do presente regulamento;
- d) Manter as instalações limpas e arrumadas;
- e) Dar conhecimento ao respetivo superior hierárquico de todos os objetos achados nas instalações e proceder à sua guarda para posterior devolução ao proprietário se verificar reclamação no prazo de 6 meses;
- f) Dar conhecimento ao respetivo superior hierárquico de todas as infrações ao regulamento que presenciarem no exercício das suas funções.

## SECÇÃO III

## Da Utilização das Zonas de Apoio e Complementares

## Artigo 23.º

## Arrecadações

1 — O acesso e utilizações das arrecadações será efetuado mediante acordo prévio estabelecido entre o utente e o Município de Mortágua, através da Câmara Municipal.

2 — Poderão ser atribuídas arrecadações para utilização coletiva.

3 — Os utilizadores serão os únicos responsáveis pelos materiais e equipamentos guardados em arrecadação, ficando as chaves na sua posse.

4 — A responsabilidade do utilizador só cessará após a sua entrega formal que se processará mediante vistoria a realizar por dois funcionários da autarquia e na presença do utilizador, da qual se lavrará o respetivo auto.

## Artigo 24.º

## Auditórios

1 — A utilização dos auditórios localizados nos equipamentos desportivos pode ter por fim o apoio das atividades desportivas a decorrer naqueles equipamentos e/ou qualquer outra utilização compatível com a natureza das instalações.

2 — Os auditórios poderão ser compartimentados em dois ou mais espaços autónomos, dependendo do fim a que se destinam e da rentabilização que o Município entende dar.

## SECÇÃO IV

## Da Utilização com Fins Lucrativos

## Artigo 25.º

## Eventos desportivos e não desportivos

A utilização das instalações com atividades de que possam advir resultados financeiros para o utilizador dependerá de requerimento escrito e será concedida mediante a celebração de acordo/protocolo específico.

## Artigo 26.º

## Transmissões televisivas

A utilização das instalações com transmissão televisiva dependerá de requerimento escrito e será concedida por forma a acautelar as obrigações publicitárias e de patrocínios anteriormente assumidas e os interesses do Município.

## Artigo 27.º

## Publicidade

A exploração de publicidade depende de prévia hasta pública, nos termos do regime jurídico da contratação pública em vigor.

## Artigo 28.º

## Áreas concessionadas

A concessão de exploração de espaços desportivos, comerciais ou industriais nos equipamentos desportivos seguirá o regime jurídico da contratação pública em vigor à data da concessão.

## SECÇÃO V

## Taxas de Utilização

## Artigo 29.º

A cada utilização é devido o pagamento da taxa em vigor, nos prazos e termos constantes do Regulamento e Tabelas de Taxas, Tarifas e Preços da Câmara Municipal de Mortágua e do presente regulamento.

## SECÇÃO VI

## Responsabilidade pela Utilização

## Artigo 30.º

## Utilizadores livres

O Município de Mortágua não se responsabiliza por qualquer objeto ou valor perdido no interior das instalações, desde que não se encontrem à guarda do Município, pelos acidentes consequentes da prática desportiva, ou por quaisquer prejuízos dela resultantes para os praticantes e terceiros.

## Artigo 31.º

## Utilizadores de programas

O Município de Mortágua responsabiliza-se pelos danos morais e materiais decorrentes da prática desportiva, sendo transferido este risco para uma Companhia de Seguros, mas declina toda a responsabilidade por danos morais ou materiais que resultem de desobediência às ordens e instruções dos monitores dos programas e ainda declina a responsabilidade pelo desaparecimento ou dano de qualquer objeto ou valor no interior das instalações, desde que aqueles não se encontrem confiados à guarda do funcionário Municipal.

## Artigo 32.º

## Utilizadores de grupo

A pessoa ou representante da entidade a quem foi concedida autorização para utilização das instalações desportivas é responsável por:

- a) Manter a disciplina nas instalações;
- b) Conservar e arrumar os materiais e equipamentos que utilizem;
- c) Conservar as instalações em condições idênticas às que existiam quando do início de utilização, devendo conferir a situação com o funcionário da autarquia de serviço;
- d) Danos materiais e morais resultantes da utilização das instalações;
- e) Policiamento do recinto durante a realização de quaisquer eventos que assim o determinem;
- f) Obtenção de licenças e autorizações que sejam necessárias à realização dos eventos desportivos ou outros.

## CAPÍTULO III

## Fiscalização e Contraordenações

## Artigo 33.º

## Fiscalização

A fiscalização do cumprimento deste regulamento incumbe aos serviços do Município de Mortágua e a quaisquer outras autoridades a quem, por lei, seja dada essa competência.

## Artigo 34.º

## Contraordenações

1 — O incumprimento das disposições deste regulamento constitui contra ordenação punível com coima graduada entre 100 euros e os 1000 euros.

2 — O processo de aplicação das coimas a que se refere o presente artigo obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e posteriores alterações.

3 — As coimas constituem receita exclusiva do Município de Mortágua, inclusive quando as mesmas sejam cobradas em juízo.



## Artigo 35.º

## Sanções acessórias

1 — Para além da coima podem ser aplicadas ao infrator as seguintes sanções acessórias:

- a) Apreensão dos objetos usados na prática da contraordenação;
- b) Interdição de utilização dos equipamentos desportivos.

2 — A sanção acessória da alínea b) tem a duração máxima de 2 anos contados da data da notificação da decisão condenatória.

## CAPÍTULO IV

## Disposições Finais

## Artigo 36.º

## Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento que não possam ser resolvidos pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidos para decisão aos órgãos competentes nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## Artigo 37.º

## Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em *Diário da República*.

308812811

## MUNICÍPIO DA MURTOSA

## Anúncio n.º 186/2015

## Delegação de Competências no Presidente da Câmara Municipal para Autorização de Compromissos Plurianuais

António Maria dos Santos Sousa, Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa, torna público, nos termos do artigo 47.º n.º 2 e do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 26 de junho de 2015, aprovou, por unanimidade, o ponto número cinco da respetiva ordem de trabalhos, titulado “Delegação de Competências no Presidente da Câmara Municipal para Autorização de Compromissos Plurianuais”.

A Assembleia Municipal, após o pedido formulado pela Câmara Municipal, deliberação de 18 de junho de 2015, delegou no Sr. Presidente da Câmara a competência de autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), para assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação (€99.759,58), cuja autorização não tenha sido dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA.

14 de julho de 2015. — O Presidente da Assembleia Municipal, *António Maria dos Santos Sousa*.

308796531

## MUNICÍPIO DA NAZARÉ

## Regulamento n.º 479/2015

Torna-se público que a Assembleia Municipal da Nazaré deliberou, na sua sessão de 26 de junho de 2015, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, que, em cumprimento do estatuído no artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, agora se publica.

O presente regulamento foi, previamente à sua aprovação, objeto de período de consulta pública.

Torna-se, ainda, público que o regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*, altura em que será afixado no Edifício dos Paços do Concelho o edital que publicitará a deliberação de aprovação da Assembleia Municipal.

15 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, *Walter Manuel Cavaleiro Chicharro*.

## Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

## Preâmbulo

O Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo tem por objetivo definir a metodologia e os critérios de apoio da Câmara Municipal da Nazaré às estruturas associativas sediadas no concelho, de forma a consagrar uma prática de transparência, rigor e imparcialidade nas relações estabelecidas entre a Autarquia e as Estruturas Associativas com intervenção Cultural, Social, Desportiva, Educativa ou Juvenil.

Visando favorecer uma maior estabilidade em termos do planeamento, gestão e funcionamento das estruturas associativas, serão prioritariamente consideradas as vertentes de apoio ao desenvolvimento de projetos e que visem a manutenção/conservação das instalações.

Considera-se movimento associativo a união e a participação voluntária de indivíduos ou de grupos em torno de objetivos comuns tendo em vista servir a comunidade onde se inserem.

A participação das pessoas, dos grupos, das associações e instituições na vida dos Municípios e das Freguesias é fundamental para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária, pelo que as suas organizações e atividades devem ser alvo de apoio empenhado e transparente por parte das Autarquias Locais.

Foi realizada audição pública nos termos legais.

Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, do Código do Procedimento Administrativo, no preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é publicado o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

## CAPÍTULO I

## Objeto

## Artigo 1.º

1 — O presente Regulamento Municipal define a metodologia e critérios de apoio ao Movimento Associativo, de forma a consagrar uma prática de transparência, rigor e imparcialidade nas relações estabelecidas entre a Autarquia e as Estruturas Associativas com intervenção cultural, social, desportiva, educativa ou juvenil no que diz respeito à concessão de apoios financeiros ou sob outra forma.

2 — Considera-se como movimento associativo a união e a participação voluntária de indivíduos ou de grupos em torno de objetivos comuns.

## Artigo 2.º

1 — Podem candidatar-se a apoios, ao abrigo do presente regulamento, as Coletividades/Associações/Clubes, adiante designadas por Associações, com intervenção nas áreas da cultura, inclusão social, desporto, educação ou juventude, desde que identificado o interesse para o Município da Nazaré e legalizada a sua constituição e atividade.

2 — Este regulamento não é aplicável aos protocolos específicos, aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo e às atividades desportivas de carácter profissional.

## Artigo 3.º

1 — As propostas de apoio são feitas por Candidatura em impresso específico, tendo em conta a área e natureza do apoio pretendido, conforme o especificado no artigo 4.º deste regulamento.

2 — As Candidaturas apresentadas têm de ser acompanhadas pela Ficha de Identificação do Proponente e pelo Plano de Atividades.

## Artigo 4.º

1 — São elegíveis para apoio:

- a) Atividades de Carácter Regular;
- b) Atividades de Carácter Pontual;
- c) Construção, Melhoramento ou Conservação de Instalações.

2 — Os critérios de seleção para os referidos apoios variam conforme as seguintes áreas de atividade:

- a) Área Cultural;
- b) Área de Inclusão Social;
- c) Área Desportiva;
- d) Área Educativa;
- e) Área da Juventude;
- f) Área económica e empresarial.